



Representatividade do Ecoturismo para a gestão pública do turismo no Brasil: uma análise do Plano Nacional de Turismo 2018-2022

The Representativity of Ecotourism for the public management of tourism in Brazil: an analysis of the National Tourism Plan 2018-2022

Christiano Henrique da Silva Maranhão, Francisco Fransualdo de Azevedo

RESUMO: Este artigo busca analisar qual a representatividade do segmento do Ecoturismo, diante das metas, diretrizes e linhas de ação do atual PNT 2018-2022? E de forma complementar, quer identificar se as interfaces conceituais que fundamentam o Ecoturismo estão contempladas nas ações eleitas pelo processo de planejamento e gestão do aludido plano. Como objetivos específicos têm-se: o exame dos principais subsídios e dimensões do segmento do Ecoturismo; o estudo das metas, diretrizes e linhas de ação propostas pelo PNT 2018-2022, avaliando quais direcionam iniciativas para a promoção do Ecoturismo; e levantar as interfaces conceituais associadas ao Ecoturismo que estão inseridas nas ações do PNT 2018-2022. Metodologicamente o artigo se caracteriza como exploratório-descritivo, por associar-se ao uso da pesquisa bibliográfica e documental, e o viés qualitativo está respaldado pela observação de interesses particulares dos agentes da gestão do turismo no Brasil, para com os componentes que norteiam o aludido PNT 2018-2022. Informa-se ainda a aplicação da técnica da análise temática. Os dados sinalizam para uma deficiente inserção do segmento do Ecoturismo nos direcionamentos políticos contemporâneos do turismo nacional, onde o mesmo foi identificado apenas em quatro oportunidades, dentro de um escopo que consta com 162 laudas. Verifica-se que o Ecoturismo não se apresenta como vetor significativo para o planejamento e gestão do turismo brasileiro, a partir do PNT 2018-2022. Paradoxalmente, identifica-o como mais um elemento secundário dentro do expressivo esforço de viés econômico que busca gerar divisas e empregos. No que se refere ao emprego das interfaces conceituais do Ecoturismo, informa-se que o PNT 2018-2022 enfatiza somente o viés mercadológico e o ambiental, respectivamente nesta ordem de importância, fragilizando o alcance do Ecoturismo, enquanto prática sustentável, justamente por posicionar as interfaces da Educação Ambiental e da participação dos agentes, a margem do processo de planejamento e gestão. Por conta disso, o Ecoturismo promovido no Brasil ainda está longe de vislumbrar resultados mais amplos e significativos, do ponto de vista educacional, participativo e social. Assim, permanece o desafio de padronizar uma linguagem que atenda não somente às expectativas econômicas dos vários grupos sociais com interesse no desenvolvimento da atividade, mas que proporcione uma interpretação clara quanto ao seu conteúdo e significado, contribuindo com a adoção de políticas, de planejamento e de tomada de decisões mais amplas e coerentes com as realidades.

PALAVRAS-CHAVE: Representatividade; Ecoturismo; Gestão Pública; PNT 2018-2022; Brasil.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the representativeness of the Ecotourism segment, in view of the goals, guidelines and lines of action of the current PNT 2018-2022? And in a complementary way, it wants to identify if the conceptual interfaces that underpin Ecotourism are contemplated in the actions chosen by the planning and management process of the aforementioned plan. Specific objectives include: the examination of the main subsidies and dimensions of the Ecotourism segment; the study of the goals, guidelines and lines of action proposed by the PNT 2018-2022, evaluating which ones direct initiatives for the promotion of Ecotourism; and to raise the conceptual interfaces associated to Ecotourism that are inserted in the actions of the NTP 2018-2022. Methodologically the article is characterized as exploratory-descriptive, because it is associated with the use of bibliographical and documentary research, and the qualitative bias is supported by the observation of particular interests of the agents of tourism management in Brazil, with the components that guide the aforementioned PNT 2018-2022. The application of the thematic analysis technique is also reported. The data point to a deficient insertion of the Ecotourism segment into the contemporary political directions of national tourism, where it has only been identified four times, within a scope of 162 pages. It is verified that Ecotourism does not present itself as a significant vector for the planning and management of Brazilian tourism, as of the PNT 2018-2022. Paradoxically, it identifies it as another secondary element within the expressive economic bias effort that seeks to generate foreign exchange and jobs. Regarding the use of the conceptual interfaces of Ecotourism, it is reported that the PNT 2018-2022 emphasizes only the marketing and environmental bias, respectively in this order of importance, weakening the scope of Ecotourism as a sustainable practice, precisely because it positions the interfaces of the environmental education and the participation of the agents, the margin of the process of planning and management. Because of this, Ecotourism promoted in Brazil is still far from seeing broader and significant results, from an educational, participatory and social point of view. Thus, the challenge remains to standardize a language that meets not only the economic expectations of the various social groups with an interest in the development of the activity, but which provides a clear interpretation as to its content and meaning, contributing to the adoption of policies, planning and making decisions that are more coherent with reality.

KEYWORDS: Representativeness; Ecotourism; Public Administration; PNT 2018-2022; Brazil.

Introdução

O turismo é um dos aspectos mais marcantes da sociedade moderna e o seu peculiar movimento econômico é utilizado como o argumento central para promover “a transformação dos territórios onde se desenvolve” (LOBO; MORETTI, 2008, p.44), podendo também, a depender da forma que é gerenciado, fomentar a preservação ambiental (FONSECA; MELO; CARVALHO, 2018).

Mesmo discordando desta centralidade econômica que limita o campo de atuação do turismo, não se pode negar que foi a partir dela que o turismo começou a se destacar nos principais encontros mundiais de tomada de decisão, fomentando debates e diversas abordagens (ambiental, sociológica, geográfica dentre outras), que foram e/ou são impactadas (positivamente e/ou negativamente) pelo crescimento econômico que é tão atrelado à atividade.

De fato, o desempenho do turismo para as economias chama atenção e pode ser comprovado a partir de dados de órgãos oficiais. Conforme os dados da *World Travel & Tourism Council - WTTC* (2018), o turismo a nível mundial movimentou no ano de 2017, 1.322 bilhão de viajantes, representando 10% da riqueza da economia mundial, melhor índice em sete anos de análise. Similarmente, a Organização Mundial do Turismo - OMT (2018) também destaca o turismo como o responsável por gerar 01 a cada 10 empregos (diretos, indiretos e/ou induzidos), e por movimentar 1,4 trilhões de dólares de exportação, onde 7% são de exportações mundiais e 30% de exportações de serviços.

A relevância do turismo na escala nacional também sinaliza para expressivos ganhos econômicos. De acordo com o Ministério do Turismo – Mtur (2018) a participação direta da atividade na economia do país foi de US\$ 56,8 bilhões no ano de 2016, equivalente a 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Já quando se contabiliza a contribuição total da área do turismo, relata-se que o setor subsidiou US\$ 152,2 bilhões, 8,5% do PIB nacional. No que tange o índice de empregos gerados no Brasil, sublinha-se que a atividade fomentou mais de 7 milhões de empregos em 2016, representando 7,8% do total de empregos ofertados pelo país. É importante sublinhar a expressiva contribuição do mercado doméstico para o alcance desses números, este que é considerado “*mola propulsora do turismo brasileiro*” (BRASIL, 2018, p. 49).

Sinérgico a este cenário de desempenho econômico, relata-se também o sutil crescimento do número de chegadas de turistas estrangeiros no Brasil, com base no Anuário Estatístico de Turismo (2018). O aludido documento também informa que no ano de 2016 foram registrados 6.546.696 turistas que chegaram ao país, já em 2017 identifica-se um ligeiro aumento para 6.588.770 de visitantes internacionais. É para este público-alvo que os gestores públicos querem atuar de forma mais incisiva, diante do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2018-2022. Uma vez que as perspectivas vinculadas ao turismo doméstico já atendem, de certo modo, as expectativas traçadas.

Assim sendo, direciona-se o debate para o quantitativo de chegadas de turistas estrangeiros ao país, de onde surgem questões que tratam das motivações que promoveram essas viagens ao Brasil dentre outros detalhes. Deste modo, apresentam-se na Tabela 1 os dados vinculados neste cenário. Fazendo a devida leitura das informações apresentadas, nota-se o desempenho positivo do lazer (concentrando 58,8% dos motivos da viagem) e do sol e mar (captando 72,4% das motivações das viagens a lazer) informações que refletem o padrão das políticas de turismo de massa que vêm sendo estabelecidas no Brasil no decorrer dos anos. Ainda é permitido sublinhar a redução de 3,1% dos visitantes que veem ao Brasil para participar de eventos.

Tabela 1: Características das viagens ao destino Brasil 2016-2017.
Table 1: Characteristics of trips to the destination Brazil 2016-2017.

Motivo da Viagem	2016 (%)	2017(%)
Lazer	56,8	58,8
Negócios, eventos e convenções	18,7	15,6
Visitar amigos e parentes	21,1	22,1
Outros motivos	3,4	3,5
Motivação da Viagem a Lazer		
Sol e praia	68,8	72,4
Natureza, Ecoturismo ou Aventura	16,6	16,3
Cultura	9,7	9,0
Esportes	1,3	1,5
Diversão noturna	0,5	0,5
Viagem de incentivo	0,1	0,1
Lazer relacionado a grandes eventos	2,8	--
Outras motivações de lazer	0,2	0,2

Fonte: Elaborado com base no Anuário Estatístico de Turismo (2018, p.305).

Source: Prepared based on Anuário Estatístico de Turismo (2018, p.305).

Curiosamente, apesar da identificação do lazer como a maior motivação de turistas estrangeiros que vêm ao Brasil, ele não se configura como o segmento que movimenta o maior montante de divisas. Segundo o PNT 2018-2022 (2018), os turistas de lazer gastaram em 2016 uma média de US\$ 61,41 por dia, ao passo que os visitantes estrangeiros que vieram motivados a negócios deixaram no país cerca de US\$ 82,54. Aqui, evidencia-se um sinal de possível saturação e estagnação do principal produto turístico ofertado no país (lazer em espaços de sol e mar). É justamente diante desta provável debilidade que a gestão pública do turismo no Brasil quer atuar, a partir do seu principal instrumento político voltado para a atividade, o PNT 2018-2022.

Sabe-se que dentre as metas propostas pelo atual plano gestor do turismo brasileiro, destaca-se a busca pelo aumento da entrada anual de turistas estrangeiros e a elevação da receita gerada por estes visitantes. Para isso, o PNT 2018-2022 delimita como foco principal:

A venda de produtos turísticos customizados, que proporcionem experiências únicas, autênticas [...] Sendo assim, o desenvolvimento de produtos turísticos segmentados e organizados por nichos, aliados ao aproveitamento de todo o potencial do patrimônio natural e cultural do Brasil, de forma sustentável, deve ser prioridade para o período 2018-2022 (BRASIL, 2018, p. 106).

Dessarte sublinha-se que o PNT 2018-2022 visa ampliar seu portfólio de produtos turísticos a partir de um processo de segmentação que busca avançar na oferta de lazer em espaços de sol e mar. Existe um entendimento que a ampliação do produto turístico ofertado e o pleno atendimento das demandas de turistas, principalmente no que concerne a

qualidade do produto, irá impulsionar os níveis de competitividade e inovação do destino Brasil, e de forma concatenada, o aumento do número de visitantes estrangeiros no país (BRASIL, 2018).

É na seara dessas informações que este artigo se fundamenta. Compreende-se que em face da necessidade por diversificação da oferta turística do Brasil, o segmento do Ecoturismo pode ser mais bem aproveitado e colaborar ativamente para com as metas propostas pelo PNT 2018-2022, por ele ser a segunda motivação de fluxos de turistas estrangeiros para o Brasil, estando na casa dos 16,3% em 2017 (BRASIL, 2018).

Sabe-se que o ecoturismo é reconhecido como o caminho natural da atividade turística a nível mundial, especialmente no Brasil, *“por se tratar do país que mais se identifica mundialmente pelas suas vastas e diversificadas áreas naturais disponíveis para exploração, isto de forma responsável e sustentável”* (PROCHNOW; VASCONCELOS, 2008).

Segundo o relatório do Fórum Econômico Mundial (2017), o Brasil ocupa a primeira posição na lista de países, no que tange o quesito diversidade de recursos naturais, além de se destacar no item recursos culturais. No entanto, apesar desta vantagem, no quesito “priorização do setor do turismo”, o Brasil está estacionado na 106ª posição. O que ratifica a necessidade por um planejamento estratégico, com vistas a alcançar melhoras substanciais nestes resultados. Nota-se que o país detém os recursos potenciais, mas estes não estão sendo contemplados nos objetivos públicos do setor.

Informa-se que o Ecoturismo para o Mtur (BRASIL, 2010, p.17) *“é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”*. *Delineamento que vai ao encontro das necessidades que a gestão pública do turismo justifica na contemporaneidade.*

Ainda sobre o Ecoturismo, destaca-se que sua base conceitual fundamenta-se a partir do viés da sustentabilidade, que se conecta por meio das interfaces ambientais, educacionais, econômicas e colaborativas. De modo alinhado, entende-se que as *“práticas voltadas para turismo devem atentar para o comprometimento com a Educação Ambiental e busca pela sustentabilidade, uma vez que turismo e meio ambiente apresentam uma relação de interdependência”* (LIMA, NETO, HOLANDA, 2018, p.50). É por meio destes direcionamentos que o processo de planejamento, gestão e consumo do Ecoturismo deve ser fundamentado (MONFORTH, 1993; PIRES, 2013).

Diante de toda essa conjuntura, este artigo busca analisar qual a representatividade do segmento do Ecoturismo, diante das metas, diretrizes e linhas de ação do atual PNT 2018-2022? Reconhecendo o processo de segmentação como a estratégia central do aludido plano para captar turistas estrangeiros. E de forma complementar, quer identificar se as interfaces

conceituais que fundamentam o Ecoturismo estão contempladas nas ações eleitas pelo processo de planejamento e gestão do aludido plano.

Como objetivos específicos têm-se: (a) o exame dos principais subsídios e dimensões do segmento do Ecoturismo, (b) o estudo das metas, diretrizes e linhas de ação propostas pelo PNT 2018-2022, avaliando seus direcionamentos para a promoção do Ecoturismo, e (c) levantar as interfaces conceituais associadas ao Ecoturismo que estão inseridas nas ações do PNT 2018-2022.

Este estudo justifica-se como um esforço, no sentido de avançar no discernimento conceitual e identificação dos princípios e critérios que devem sustentar e orientar as ações que se tomam em nome do Ecoturismo, sobretudo porque as demais atividades junto aos ambientes naturais vêm ganhando cada vez mais importância pela sua repercussão econômica, social e ambiental (PIRES, 1998).

Por fim, não existe a pretensão em esgotar o debate com esta iniciativa. Antes disso, procura-se chamar atenção para o segmento do Ecoturismo como uma significativa alternativa de diversificação e inovação dos atrativos turísticos do país, sem desconsiderar suas interfaces conceituais que devem estar presentes em sua práxis e direcionamentos.

Processo Metodológico

Diante da meta de fornecer um direcionamento para a devida leitura do estudo proposto, atenta-se para a seleção de uma metodologia que proporcione os *“elementos para compreender, identificar e avaliar os procedimentos usados”* (KÖCHE, 2013, p.144). Logo, é dever metodológico fornecer a explicação das relações firmadas no processo de elaboração, operacionalização e finalização da pesquisa.

Assim sendo, este artigo se caracteriza metodologicamente como exploratório-descritivo. O caráter exploratório associa-se diretamente ao uso de ferramentas técnicas (pesquisa bibliográfica e documental) por meio do acesso a livros, artigos e relatórios que tratam da relação estabelecida no cerne do artigo. Listam-se algumas das principais fontes angariadas com vistas a consubstanciar as análises feitas: (a) Anuário Estatístico de Turismo (2018); (b) Plano Nacional de Turismo 2018-2022 (2018); (c) Caderno de Ecoturismo: orientações básicas (2008; 2010); (d) Índice de competitividade do turismo nacional - destinos indutores do desenvolvimento turístico regional; (e) Livro *“Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo”*, proposto pelo Grupo de trabalho interministerial MICT/MMA (1994). De posse dessas fontes, iniciou-se a ordenação, leitura e categorização das informações, na busca por subsídios que orientem a devida interpretação.

Já no que se refere ao modo descritivo empregado, admite-se sua escolha pelo monitoramento e fornecimento de esclarecimentos sobre determinada pauta (VEAL, 2011). Neste caso, foram monitoradas as diretrizes do PNT 2018-2022, buscando por esclarecimentos de como o segmento de Ecoturismo é visto pelo principal instrumento de gestão pública do turismo no Brasil.

Reconhece-se que sendo o turismo uma área de estudo recente, a correlação sequencial entre as ações de explorar, analisar, descrever e explicar se faz necessária no momento de expor qualquer análise. Pensando assim, evita-se a limitar-se na descrição simples, que isolada de outras ações não produz avanços significativos.

Este estudo também apresenta um viés qualitativo, por meio da observação de interesses particulares (RICHARDSON, 2008), neste caso dos agentes da gestão do turismo no Brasil, para com os componentes que norteiam o direcionamento os objetivos do aludido PNT 2018-2022.

Informa-se ainda que, após a categorização dos subsídios extraídos das leituras, aplicou-se a técnica da análise temática que “*consiste em isolar temas de um texto e extrair as partes úteis, de acordo com o problema investigado, permitindo sua comparação com os outros textos escolhidos similarmente*” (RICHARDSON, 2008, p. 197). Somente após esse processo complexo, as informações foram triadas, comparadas e analisadas pelo direcionamento metodológico já determinado.

O Ecoturismo como alternativa de segmentação do turismo no Brasil

Diante dos dados do Anuário Estatístico do Turismo (2018) é permitido identificar o Ecoturismo ocupando a segunda posição, no que tange a motivação de viagem de turistas estrangeiros para o Brasil, ficando atrás do segmento de sol e mar, carro chefe do turismo nacional. Nota-se o Ecoturismo despontando como uma opção legítima para diversificar a oferta turística do Brasil, diante da necessidade por inovação, diferenciais competitivos e preservação dos recursos naturais. Como reflexo, identifica-se um crescimento do interesse acadêmico em torno da temática do ecoturismo (CRISPIN, WICKHAM, 2019). Sabendo disso, a intenção desta seção é expor os principais elementos que subsidiam o fomento do Ecoturismo no Brasil, enquanto possibilidade de diversificação para a atividade turística nacional.

De início, entende-se que o cenário que destaca a atividade do Ecoturismo no Brasil é reflexo direto do debate ambiental que vem repercutindo mundialmente, desde o reconhecimento dos expressivos impactos do turismo de massa, aonde a busca por soluções para os enclaves que comprometem a preservação dos recursos naturais, parte do entendimento que o “tão sonhado” desenvolvimento econômico precisa está concatenado com a qualidade ambiental e com a inclusão social (BRASIL, 2010).

No bojo dessas relações, o Ecoturismo desponta como uma atividade que facilita a interação e experiência do visitante com o ambiente natural de forma sustentável (BRASIL, 2008; 2010), diferenciando-se do turismo massivo comumente praticado. “*As práticas de ecoturismo atrelam-se à proposta de uma relação de integração dos turistas com o ambiente visitado, tendo como objetivo central a preservação dos elementos desse ambiente*” (CASTRO, GALVÃO, BINFARÉ, 2019, p.635).

Pontua-se aqui, que a relação posta entre o turismo e o meio ambiente legitima-se mercadologicamente a partir do momento que o patrimônio natural é transformado em recurso turístico, com a participação dos sujeitos que o habilita enquanto mercadoria (PIRES, 2013). Apesar disso, sabe-se que a questão mercadológica não deve se pautar unicamente por critérios econômicos. Antes disso, ela precisa vincular-se com uma base sustentável para lograr êxito. Por essa razão, busca-se um ponto de equilíbrio entre a prática do turismo e o meio ambiente, fazendo com que a presença de fluxos turísticos não seja a causa da degradação dos espaços naturais. É neste momento que se destaca a função dos instrumentos políticos e de planejamento, que estabelecem diretrizes que orientam o uso consciente dos espaços de natureza preservada seja pela atividade do turismo ou qualquer outra atividade.

De forma associada é possível pontuar a mudança no comportamento do visitante (consumidor) e do morador local, que se beneficiam diretamente com a atividade do turismo, os quais passam a exigir novos posicionamentos do mercado. Reforça-se aqui, relação paradoxal entre ser atraído pelo recurso natural e precisar mantê-lo profícuo para uma próxima visita. O Mtur (2008, p. 13) alerta dizendo que *“se a base de recursos é protegida, os benefícios econômicos associados ao seu uso serão sustentáveis”*.

Ao meditar sobre o processo de segmentação do turismo no Brasil é permitido reconhecer que, por ser um país continental, ele apresenta um expressivo quantitativo de recursos distintos que ratificam a diversidade de opções no momento de planejar e gerir as metas para a atividade do turismo. Desse modo, a relação estabelecida entre a oferta turística (o produto a ser vendido) e as tendências da demanda (o que o público-alvo busca) estimula a expansão do mercado e o fomento de diferentes segmentos turísticos no Brasil.

Reconhece-se a segmentação como a principal estratégia resultante da organização pública do turismo, com vistas nos processos de planejamento, gestão e mercado (BRASIL, 2008). Assim, diante da ampla concentração de recursos naturais e de sua notável biodiversidade, o Brasil se habilita na busca de suprir a crescente demanda turística doméstica e internacional voltada para os segmentos de viés natural (PIRES, 2013).

Historicamente o Ecoturismo surge no Brasil pautado sob uma proposta de contemplar e conservar a natureza, onde a necessidade de manutenção dos recursos naturais surge reforçada pelos impactos que a atividade do turismo vem causando. Nota-se que o Ecoturismo transcende a formatação de um segmento de mercado que busca por um público especializado. Ele caracteriza-se como uma forma de integrar a motivação turística com a consciência cidadã e a ética de preservar os recursos, causando o mínimo de impacto possível (BRASIL, 2008), aproximando o homem da natureza e não somente distanciando-o da cidade e do trabalho (SILVA, 2014).

Mundialmente a década de 1960 foi marcada pela eclosão do turismo de massa, momento em que os impactos negativos da atividade turística foram revelados, desmistificando a falácia sobre a ideia da “indústria sem

chaminés”. Ao iniciar os anos de 1970, a gestão tornou-se pauta representativa nos principais fóruns de deliberação do turismo, reconhecendo-o como uma atividade econômica potencialmente poluidora, a depender da forma como é planejada (BRASIL, 2010).

No Brasil, o Ecoturismo é discutido desde 1985, mas em âmbito governamental, a primeira iniciativa de ordenamento da atividade ocorreu em 1987 diante da criação da Comissão Técnica Nacional, formada por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais renováveis (IBAMA) e do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) a fim de monitorar o Projeto de Turismo Ecológico, diante de práticas pouco organizadas e sustentáveis da época (BRASIL, 1994). Neste mesmo período os primeiros cursos de guias especializados foram autorizados (BRASIL, 2008).

Na década seguinte, em face da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Rio92, realizada no Rio de Janeiro (RJ), o Ecoturismo ganhou mais visibilidade e as temáticas de ecotecnologias, requalificação do trabalho humano, desenvolvimento técnico científico e sustentabilidade passaram a ser discutidas com maior expressão. Estimulava-se uma nova maneira de vivenciar e usufruir das paisagens rurais e naturais, das florestas, das regiões costeiras entre outros ecossistemas, proporcionando a discussão de uma nova forma de uso e fruição dos espaços pelos turistas (BRASIL, 2010).

Já no ano de 2002, a Organização Mundial de Turismo (OMT) e o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) organizaram a Cúpula Mundial de Ecoturismo em Quebec, no Canadá. O evento demarcou que o Ecoturismo tem um papel relevante nas estratégias de desenvolvimento sustentável, elencando os papéis e as responsabilidades para cada setor, público ou privado. Por sinal este ano foi intitulado como o ano internacional do Ecoturismo (BRASIL, 2010).

Antes de expor a conceituação do Ecoturismo e seus principais elementos, se faz necessário entender que o aludido segmento é guiado pela interação com o ambiente natural de maneira sustentável (Brasil, 2008). Ou seja, a atividade pressupõe a reflexão e a integração do homem com o meio ambiente, diante de uma inter-relação vivencial com o ecossistema, com os costumes e história local. Para (SCHEYVENS, 1999) pensar na prática do ecoturismo a partir da comunidade é o mesmo que reconhecer a articulação da necessidade de promover a qualidade de vida das pessoas e a conservação de recursos locais.

O conceito atualmente utilizado pelo planejamento e gestão pública do turismo no Brasil origina-se da década de 1990, onde a definição conceitual do Ecoturismo foi apresentada no documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” lançado em 1994 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a EMBRATUR e o IBAMA. Neste documento o Ecoturismo é definido como *um “segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação*

de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (BRASIL, 1994, p.16).

O aludido documento centralizava-se na proposta de Ecoturismo e por isso visava desenvolvê-lo de forma organizada e planejada, com base nas seguintes estratégias: (a) na regulamentação do segmento, (b) no fortalecimento e interação interinstitucional, (c) na formação e capacitação de recursos humanos, (d) no controle de qualidade, (e) no gerenciamento de informações, (f) na implantação e adequação de infraestrutura, (g) na conscientização e informação do turista, (e) e na participação comunitária dentre outros (BRASIL, 2010).

De forma complementar, entende-se que o Ecoturismo se insere como uma versão sustentável do turismo voltado para a natureza (PIRES, 2005), onde atualmente está posicionado como um “*segmento prioritário para o desenvolvimento do turismo no Brasil*” (PIRES, 2013, p.404).

Sabendo disso, reconhece-se que o Ecoturismo por apresentar uma base de desenvolvimento na sustentabilidade, trata como relevante o processo de planejamento multisetorial participativo, visando contemplar as necessidades de infraestrutura e qualificação profissional para uma gestão sustentável, onde todos os agentes desempenham seu papel por todas as fases do processo de desenvolvimento e implantação da atividade. Estes são aspectos essenciais para o desenvolvimento do Ecoturismo, podendo ainda agregar a abordagem do turismo de base comunitária (BRASIL, 2010; SCHEYVENS, 1999).

No Brasil, a proposta do Ecoturismo também encontrou respaldo nas políticas públicas de turismo nacionais que se direcionam pelos princípios da sustentabilidade, fundamentados na Constituição Brasileira, e que impõe ao Estado e à coletividade o dever de defender e preservar o meio natural para as futuras gerações (BRASIL, 2010). É missão do poder público estabelecer instrumentos legais para a proteção e conservação dos recursos naturais e para seu uso racional.

Ainda sobre a conceituação do Ecoturismo é permitido informar que para Donohoe e Needham (2006) a ausência de uma definição finalística gera o desafio de assegurar os fundamentos teóricos associados à formulação explicativa do conceito de Ecoturismo. Por isso Monforth (1993) empenhou-se em identificar os subsídios mais frequentes nas diferentes conceituações, os quais satisfazem os quesitos básicos para qualquer atividade merecer o prefixo “eco”, são eles: (a) a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica; (b) o aspecto educativo (Educação Ambiental), e (c) a participação da comunidade local. O autor destaca que o componente educacional é o que diferencia o Ecoturismo do turismo convencional. Sabendo que o descarte desse critério educacional fragiliza o escopo do Ecoturismo, enquanto possibilidade de educar para preservar.

Por todo o exposto, e a partir da sua matriz originadora que é o turismo na natureza, o Ecoturismo busca sua identidade de acordo com as seguintes orientações: (a) minimização dos impactos ecológicos e culturais negativos nos destinos; (b) adoção da Educação Ambiental com ênfase na

conservação da natureza e nos valores culturais; (c) contribuição para a conservação da biodiversidade; (d) geração de benefícios socioeconômicos para as localidades, regiões e países anfitriões e seus habitantes; e (e) participação ativa de todos os agentes envolvidos (PIRES, 2005).

Dessarte, o Ecoturismo apresenta como principais agentes, segundo Pires (1998): (a) *O trade turístico* que não se atenta muito para o aspecto conceitual, e sim com a forma de “vender” o Ecoturismo, lançando mão inclusive do marketing ecológico; (b) *O poder público* que se encarrega por elaborar políticas e ações, associando o Ecoturismo às estratégias nacionais de planejamento; (c) *As organizações não governamentais* que veem o Ecoturismo como um meio para se lograr o desenvolvimento de regiões economicamente marginalizadas do país, inserindo princípios éticos relacionados à autodeterminação das populações anfitriãs, à geração de benefícios locais, ao manejo sustentado do patrimônio natural, à conscientização ambiental através da educação e a capacitação de todos os envolvidos ao seu conceito; (d) *As populações locais*, as quais reconhecem o Ecoturismo como uma nova postura de (re) valorização dos recursos naturais e culturais cotidianos, como fonte de sua própria sobrevivência e, quem sabe, de seu progresso material; (e) *Os turistas*, onde prevalecem subjetividades condicionadas pelas motivações e expectativas pessoais; e (f) *O meio acadêmico* que se debruça nas pesquisas e a reflexões do tema.

Como principais produtos e atividades, o Ecoturismo revela peculiaridades que vão desde a escolha da área natural, passando pela identificação da legislação ambiental, seleção de atrativos naturais, até a aplicação de um marketing responsável que promova e comercialize os produtos. Pensando assim, as principais atividades de Ecoturismo destacadas pelos documentos nacionais são: Trilhas Interpretativas, Caminhadas; Mergulho livre; Observação astronômica; Visitas a cavernas (Espeleoturismo); Observação de formações geológicas; Observação de Flora e Observação de Fauna. Fazendo a ressalva da necessidade do acompanhamento de um guia de turismo (condutor especializado), de forma a contribuir para a experiência do visitante. Para além dessas atividades, existe uma diversificada gama de outras que, embora se vinculem a outros tipos de turismo, podem ser ofertadas em roteiros de Ecoturismo, desde que cumpram as premissas estabelecidas, são elas: atividades turísticas de aventura, de pesca, náuticas, culturais e outras (BRASIL, 2010).

Ainda é possível ampliar a oferta de atividades de Ecoturismo a partir da (a) Visita a comunidades anfitriãs, possibilitando a interação com atividades cotidianas ou eventos tradicionais de comunidades locais, valorizando o ambiente natural e cultural dessas comunidades e oportunizando a geração de renda extra às iniciativas sociais comunitárias, (b) Acampamentos realizados em áreas naturais (públicas ou privadas); (c) Visita de instituições de ensino em ambientes naturais para atividades educativas. Recurso que reforça conceitos de cidadania, consciência ambiental e patrimonial; e (d) Atividades esportivas em ambientes naturais, como corridas de orientação, dentre outras (BRASIL, 2008; 2010).

Já no que se refere aos impactos promovidos pela atividade do Ecoturismo, o impacto negativo mais representativo são os danos ao meio ambiente e à comunidade, fazendo com que as populações locais migrem e deixem os espaços com os operadores turísticos que não apresentam, *“nenhuma relação orgânica com a região, podendo gerar novos valores incompatíveis com os comportamentos locais”* (BRASIL, 1994, p. 18).

Como impactos positivos pode-se citar: a diversificação da economia regional; geração de empregos locais; fixação da população no interior; melhoramento da infraestrutura de transporte; comunicações e saneamento; criação de alternativas de arrecadação para as unidades de conservação; diminuição do impacto sobre o patrimônio natural e cultural, redução do impacto no plano estético-paisagístico, melhoramento de equipamentos das áreas protegidas entre outros (BRASIL, 2010; 2008 e 1994).

Neste momento se ratifica mais uma vez o lembrete de que as atividades que utilizam da natureza apenas como meio ou cenário, ofertando apenas a possibilidade de conhecer o espaço, associam-se ao turismo com base na natureza e/ou turismo voltado para a natureza. Paradoxalmente quando as atividades turísticas direcionam-se para atrativos naturais e culturais, prezando pela conservação, manejo e sustentabilidade, e incluindo a participação ativa das comunidades locais, difundindo a consciência ecológica através do viés da Educação Ambiental, estas podem associar-se a proposta que o Ecoturismo defende (PIRES, 1998).

Perante isto, é imperativo informar também que Ecoturismo não é sinônimo de Turismo sustentável. A OMT e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tratam do Ecoturismo como um segmento da oferta turística baseado na relação sustentável com a natureza e as comunidades receptoras, comprometidas com a conservação, a Educação Ambiental e o desenvolvimento socioeconômico (BRASIL, 2010). Já o Turismo Sustentável impregna-se na atividade turística, e empresta a qualquer tipologia de turismo seus direcionamentos, os quais determinam algumas propostas de turismo, como é o caso do Ecoturismo (BRASIL, 2008, p. 19).

Por fim, diante desta exposição, foram delineadas as principais questões que envolvem o segmento do Ecoturismo, em face da gestão pública do turismo no Brasil. Não se teve a intenção de avançar em questões teórico-metodológicas, antes se buscou retratar o contexto histórico e a prática que legitima o Ecoturismo, enquanto o segundo tipo de turismo que mais capta fluxos de turistas para o Brasil.

Plano Nacional de Turismo 2018-2022: metas, diretrizes e linhas de atuação

Diante das distintas interfaces que cercam a gestão do turismo é permitido apontar que a relação estabelecida com o Estado (na forma de políticas públicas) é a grande responsável pelo fomento da atividade turística no Brasil desde 1930, data da criação do primeiro organismo público brasileiro de turismo, a Divisão do turismo. É o poder público, diante de

acertos e equívocos, buscando desempenhar seu papel perante a atividade. Hall (2001) diz que é dever do Estado: coordenar, planejar, legislar, empresariar e incentivar qualquer atividade econômica que se apresente como possibilidade de melhoria de vida dos sujeitos, evitando o controle do investimento privado em um cenário que é de responsabilidade estatal.

Imerso nesta conjuntura, destaca-se a necessidade de convergência entre a política e o planejamento, diante de casos de promoção do turismo que impactam negativamente as sociedades locais, pela falta de uma gestão eficaz. Reconhecendo que o planejamento é o processo e a política é o posicionamento da administração pública frente a um aspecto da vida social em um dado momento (HALL, 2001). Por essa razão, Turégano (2005) fala que o fomento de um turismo propositivo, do ponto de vista social, depende da forma como ele é planejado pelo Estado.

Ao meditar sobre esta conjuntura de gerenciamento estatal do turismo, identifica-se a política pública como um instrumento legítimo para o fomento de uma atividade turística ética e responsável socialmente. Dias (2003) diz que a política pública é um conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, visando atender às necessidades da sociedade. E nesse conjunto de ações mencionado pelo autor, encontra-se: leis, programas, planos, decretos, portarias, órgãos burocráticos, impostos, dentre outros instrumentos.

Sabendo disso, e diante das inúmeras intervenções políticas propostas em função da atividade do turismo, pontua-se que somente após a criação do Ministério do Turismo (Mtur) no ano de 2003, durante o mandado presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, é que o turismo tornou-se pauta efetiva de debates e ações governamentais, inaugurando uma nova fase no que tange o planejamento e a gestão do turismo brasileiro. Destaca-se a elaboração do primeiro Plano Nacional de Turismo (PNT), em 29 de abril de 2003, visto como o principal instrumento orientador do planejamento turístico no Brasil, a nível ministerial. E o lançamento do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil, onde suas diretrizes já estavam pautadas no conteúdo apresentado pelo PNT 2003-2007, já demonstrando certo grau de articulação entre os instrumentos políticos do turismo brasileiro. Foi nesta ocasião que a perspectiva da regionalização se inseriu nos principais fóruns do turismo do país, e a premissa de regionalizar ganhou representatividade gestora, e que ainda norteia a gestão pública do turismo no Brasil (BRASIL, 2015).

Destarte desde sua criação, o Mtur já apresentou quatro planos nacionais de turismo, respectivamente: (a) Plano Nacional de Turismo (2003-2007): diretrizes, metas e programas; (b) Plano Nacional de Turismo (2007-2010): uma viagem de Inclusão; (c) Plano Nacional de Turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil (2013-2016), e o mais recente, (d) Plano Nacional de Turismo: mais emprego e renda para o Brasil. Sendo este último foco desta exposição.

De início, informa-se que o atual PNT 2018-2022 é o instrumento base que estabelece estratégias para a operacionalização da política nacional de turismo, apresentando como objetivo: “ordenar as ações do

setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo” (BRASIL, 2018, p.15). O aludido plano foi elaborado coletivamente, com a participação das áreas técnicas do Mtur, EMBRATUR e agentes públicos e privados, por meio da Câmara Temática do Plano Nacional de Turismo, constituída dentro do Conselho Nacional de Turismo.

Abrindo o eixo estrutural do PNT 2018-2022 destacam-se as metas globais para o turismo no Brasil até 2022. As metas apresentadas são vistas como “parâmetros norteadores para a atuação do setor, cada um no seu papel, e somando esforços para alcançá-las até o ano 2022” (BRASIL, 2018, p.48). No Quadro 01, apresentam-se as metas traçadas e seus principais contextos expostos no PNT 2018-2022.

Quadro 1: Metas globais para o turismo, propostas pelo PNT 2018-2022.

Chart 1: Global goals for tourism, proposed by the NTP 2018-2022.

Meta	Contextos
(01) Aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros de 6,5 para 12 milhões.	Mesmo com inúmeros atrativos turísticos, o Brasil recebe um irrisório fluxo turístico a nível mundial, cerca de 0,6%, faturando somente 0,4% de tudo que é movimentado pelo setor das viagens globalmente. Aumentar a promoção internacional e adotar medidas gerenciais (vistos eletrônicos, por exemplo) é de fundamental importância para captar um número maior de turistas estrangeiros. Busca-se duplicar o número de visitantes até 2022.
(02) Aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais de US\$ 6,5 para US\$ 19 bilhões até 2022	É um desdobramento da meta anterior, e associa-se com a recuperação econômica dos principais países emissores de turistas para o Brasil. Neste cenário, a segmentação do turismo têm papel fundamental. Busca-se com o Ecoturismo, Turismo de aventura entre outros, diversificar a oferta fazendo com que os turistas passem mais tempo no destino, aumentando igualmente os gastos.
(3) Ampliar de 60 para 100 milhões o número de brasileiros viajando pelo país	Mesmo diante de objetivos na escala internacional, não se pode esquecer que o turismo doméstico é “a mola propulsora do turismo brasileiro” (BRASIL, 2018, p.49). De acordo com o Mtur os gastos realizados nas viagens domésticas representam 93,5% do PIB do setor de viagens e turismo no Brasil, enquanto que as internacionais contribuem com 6,5%. O PNT 2018-2022 ainda destaca que atualmente, somente 60 milhões de brasileiros viajam pelo país. É preciso fazer ajustes para tornar o mercado competitivo, aumentando com isso a oferta de voos e rotas, com preços diferenciados.
(4) Ampliar de 7 para 9 milhões o número de empregos no turismo	O efeito multiplicador do turismo impacta mais de 50 segmentos econômicos diferentes. Espera-se que com o aumento das viagens domésticas e do número de turistas estrangeiros possibilite a geração de 2 milhões de empregos no setor.

Fonte: Elaborado com base no PNT 2018-2022, p. 48-50.

Source: Prepared on the basis of PNT 2018-2022, p. 48-50.

De forma associada às metas apresentadas, o PNT 2018-2022 traz diretrizes, esquematizadas com base em “*critérios competitivos, inovadores e criativos*” (BRASIL, 2018, p. 54). Estes critérios se justificam como uma resposta à transformação tecnológica posta na contemporaneidade, que exige ferramentas que possam melhorar a qualidade do produto e simultaneamente consolidar os destinos. As diretrizes propostas pelo PNT 2018-2022 são:

(a) Diretriz 1 : Fortalecimento da regionalização

Desde abril de 2004, data de lançamento do PRT- Roteiros do Brasil, o processo de desenvolvimento regional vem assumindo o direcionamento de diversas políticas setoriais do turismo no Brasil. Tornando-se uma diretriz base para todo planejamento e gestão vinculada à atividade turística no país. Por isso, um dos objetivos da Política Nacional de Turismo é descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando um planejamento sustentável, envolvendo as comunidades receptoras nos benefícios gerados pela própria atividade (BRASIL, 2018).

Sabendo disso, aponta-se que o vetor da regionalização continua apresentando continuidade e colaborando para com as diretrizes apresentadas pelo PNT 2018-2022. A principal justificativa para a permanência do enfoque de desenvolvimento regional é que ele “pode contribuir de forma significativa para transformar o turismo em uma das atividades econômicas prioritárias do país” (BRASIL, 2018, p. 54-55). Observa-se a regionalização como uma possibilidade de descentralizar as ações políticas do turismo no país, e no bojo da expansão desse raio de alcance político, possibilitar a diversificação de produtos, fluxos e divisas.

(b) Diretriz 2: Melhoria da qualidade e competitividade

Alinhado com a busca por elementos gerenciais capazes de elevar o nível do turismo promovido no Brasil, o PNT 2018-2022 dedica-se ao campo da oferta, buscando promover produtos de qualidade, e que possam ser competitivos frente às exigências das distintas demandas. Para isso, a base do PNT articula com algumas dimensões competitivas, a saber: melhoria no ambiente de negócios, práticas sustentáveis, melhoria na segurança pública e na infraestrutura aérea terrestre e portuária.

Diante destas dimensões, o PNT 2018-2002 empenha-se para com a melhoria dos serviços de segurança pública, na qualificação dos recursos humanos e ampliação dos investimentos governamentais no setor. O comprometimento do gestor público e das lideranças do setor privado é para compreender a multidimensionalidade dos fatores que tornam um destino turístico competitivo, e a partir disso promover melhorias na qualidade ofertada pelos serviços turísticos disponibilizados.

(c) Diretriz 03: Incentivo à inovação

O termo inovação é entendido no PNT 2018-2022 como um conceito socioeconômico que representa algo diferente do que já foi feito ou do que está sendo feito. A inovação é considerada como “essencial para a competitividade e a sobrevivência econômica do turismo” (BRASIL, 2018, p. 56).

Reconhece-se que a gênese das novas tecnologias acabou modificando a forma de interação entre clientes (turistas) e provedores de serviços (empresas, Estado). Diante dessas mudanças, novas oportunidades de negócio surgem, gerando receitas, como o e-commerce (comércio digital) e o e-banking (serviços bancários via internet), por exemplo.

Assim, a inovação surge como uma premissa ao ambiente tecnológico que possibilita autonomia, versatilidade, facilidade e comodidade de acesso a inúmeras informações e trâmites antes operacionalizados *in loco*. Proporcionando um maior controle do processo decisório de viagem e soluções mais rápidas e de custo reduzido. Este cenário afetou diretamente a relação posta entre a atividade turística e seus principais agentes (Estado, mercado, turistas e população local), e por isso, na visão do gestor público, o turismo precisa saber lidar com essa conjuntura em constante transformação.

O PNT 2018-2022 também reconhece que a incorporação deste cenário inovador se dá de maneira desigual, sobretudo, para pequenas empresas distantes dos centros urbanos. E sinaliza para a importância do agente público em possibilitar uma concorrência justa, que distribua melhor os recursos, por meio de soluções respaldadas pela lei.

(d) Diretriz 4: Promoção da sustentabilidade

Desde 2017, ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou como Ano Internacional do Turismo Sustentável, é que se discute sobre a importância de se operacionalizar uma transformação de viés sustentável no setor do turismo, contribuindo para o alcance de resultados mais amplos.

Esta diretriz vem se justificando a partir do entendimento do turismo como um expressivo fator que colabora para o agravamento da situação ambiental. Por essa razão, pontua-se a urgência por políticas públicas de turismo que se comprometam com uma agenda que sensibilize gestores, empreendedores e turistas para com a aplicação de técnicas e práticas mais éticas e responsáveis. Destaca-se que este debate vigora mesmo após quinze anos do Ano Internacional do Ecoturismo (2002).

O termo sustentabilidade empregado no PNT 2018-2022, alerta para a maneira de “garantir a preservação não apenas dos recursos naturais, mas da cultura e da integridade das comunidades visitadas” (BRASIL, 2018, p. 58). Além da sustentabilidade ambiental, destaca-se no PNT 2018-2022 a presença também da sustentabilidade sociocultural, econômica e político-

institucional. Tratando de quesitos como a preservação da cultural local, dos valores morais, da identidade, equidade na distribuição de benefícios, geração de recursos, continuidade de parcerias, atuação dos diferentes agentes e esferas do poder, dentre outros (BRASIL, 2018). Então, alinhado com a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, o PNT 2018-2022 define como uma de suas diretrizes, a promoção transversal da sustentabilidade no turismo, respeitando todas as suas interfaces.

Após a exposição de suas metas e diretrizes, o PNT 2018-2022 apresenta linhas de ações que surgem a partir das estratégias já delineadas. Nota-se que a adoção de ações articuladas também solicita uma atuação sinérgica entre União, estados, Distrito Federal, regiões turísticas e municípios, amparados por seus colegiados e parceiros. Assim sendo, informa-se que as linhas de ação planejadas abarcam os seguintes direcionamentos: (a) Marketing e apoio à comercialização, (b) Incentivo ao turismo responsável; (c) Formalização e qualificação no turismo; (d) Estruturação do turismo brasileiro, e (e) Ordenamento, gestão e monitoramento. Observa-se que a lógica de atuação perpassa pelos ambientes do mercado, da responsabilização, da legalidade e da gestão de forma geral.

Observa-se que para cada linha de atuação foram delimitadas iniciativas específicas, onde cada uma responde por uma série de estratégias direcionadas. No Quadro 02 é permitido verificar o planejamento que abrange à formulação das linhas de atuação e suas iniciativas presentes nos direcionamentos do Plano Nacional de Turismo 2018-2022

Quadro 2: Linhas de atuação e iniciativas do PNT 2018-2022.

Chart 2: Lines of action and initiatives of the NTP 2018-2022.

Linhas de Atuação	Iniciativas
1-Marketing e apoio à comercialização	(a)Intensificar ações para facilitação de vistos; (b) Definir o posicionamento estratégico do Brasil como produto turístico; (c) Incrementar a promoção nacional e internacional dos destinos e produtos turísticos brasileiros.
2-Incentivo ao turismo responsável	(a)Intensificar o combate à violação dos direitos das crianças e dos adolescentes no turismo; (b) Possibilitar o acesso democrático de públicos prioritários de demanda à atividade turística; (c) Promover a integração da produção local à cadeia produtiva do turismo e desenvolver o Turismo de Base Local; (d) Estimular a adoção de práticas sustentáveis no setor turístico.
3-Formalização e qualificação no turismo	(a)Intensificar a qualificação no turismo; (b) Ampliar a formalização dos prestadores de serviços turísticos.
4-Estruturação do turismo brasileiro	(a)Aprimorar a oferta turística nacional; (b) Promover e facilitar a atração de investimentos e a oferta de crédito; (c) Melhorar a infraestrutura nos destinos e nas regiões turísticas brasileiras.
5-Ordenamento, gestão e monitoramento	(a)Fortalecer e aperfeiçoar o monitoramento da atividade turística no país; (b) Ampliar e aprimorar os estudos e as pesquisas em turismo; (c) Aperfeiçoar o ambiente legal e normativo do setor turístico; (d) Apoiar o planejamento no turismo, integrado ao setor de Segurança pública; (e) Fortalecer a gestão descentralizada do turismo.

Fonte: Adaptado com base no Plano Nacional de Turismo (2018, p. 63).

Source: Prepared on the basis of Plano Nacional de Turismo (2018, p. 63).

Ao fazer a leitura do Quadro 2 é possível identificar a forma como o PNT 2018-2022 está estruturado, onde suas linhas de ação são compostas por iniciativas que determinam estratégias específicas e sinérgicas para cada dimensão macro que vem sendo construída desde metas globais do plano. O vetor econômico está impresso na maioria das linhas e iniciativas, denotando a depender do momento, uma interferência direta ou indireta nas ações e ambientes que tratam de direcionamentos de mercado, responsabilização, legalidade e da gestão, previstos pelo PNT 2018-2022. A seguir expõem-se no Quadro 3, as estratégias vinculadas a cada iniciativa, buscando sempre que possível reconhecer a sinergia posta entre elas.

Quadro 3: Iniciativas e estratégias que regem o PNT 2018-2022.

Chart 3: Initiatives and strategies governing the PNT 2018-2022.

Iniciativas	Principais Estratégias
1.1 Intensificar ações para facilitação de vistos	Dialogar com países estratégicos para fazer uso dessa medida como um facilitador para a geração de fluxos turísticos. Podendo ampliar-se para mercados emissores de turistas que possuem elevado grau de mobilidade e a grupos específicos, para lazer, negócios ou eventos.
1.2 Definir o posicionamento estratégico do Brasil como produto turístico	Elaborar um plano integrado de posicionamento de imagem do Brasil
1.3 Incrementar a promoção nacional e internacional dos destinos e produtos turísticos brasileiros	(a) Redefinir os destinos brasileiros prioritários para a promoção nacional e internacional; (b) Desenvolver ferramentas para armazenamento e divulgação de informações turísticas e mercadológicas dos destinos; (c) Ampliar a utilização da inteligência de mercado para fins promocionais; (d) Promover projetos de relacionamento com a imprensa; (e) Incentivar eventos geradores de fluxos turísticos entre outros.
2.1 Intensificar o combate à violação dos direitos das crianças e dos adolescentes no turismo	(a) Intensificar parcerias institucionais com agentes governamentais, organismos internacionais e setor privado para implementação de agenda conjunta para o combate à violação dos direitos de crianças e adolescentes no turismo; (b) Incentivar a adoção de códigos de conduta profissional ou outras práticas responsáveis em conformidade com o Código de Ética Mundial para o Turismo da OMT
2.2 Possibilitar o acesso democrático de públicos prioritários de demanda à atividade turística	(a) Definir diretrizes para o desenvolvimento do turismo social; (b) Estimular o desenvolvimento de um turismo acessível a todos; (c) Sensibilizar o setor para a inclusão das pessoas idosas e do público LGBT.
2.3 Promover a integração da produção local à cadeia produtiva do turismo e desenvolver o Turismo de Base Local	(a) Estimular o desenvolvimento de novas atividades turísticas que incorporem aspectos da cultura e da culinária regional; (b) Apoiar e articular ações para promover e ampliar os canais de comercialização dos produtos associados ao turismo de base local.
2.4 Estimular a adoção de práticas sustentáveis no setor turístico	(a) Promover o desenvolvimento de políticas de turismo responsável nos níveis estadual, regional e municipal; (b) Premiar e disseminar boas práticas de turismo sustentável; (c) Intensificar a realização de campanhas de sensibilização para o consumo consciente.

Continua...

...continuação.

Iniciativas	Principais Estratégias
3.1 Intensificar a qualificação no turismo	(a) Estimular a qualificação do turismo nos setores público e privado; (b) Estimular a modernização e atualização contínua da grade curricular dos cursos relacionados ao setor de turismo; (c) Incentivar a constituição de parâmetros para a certificação de empresas e atividades do turismo.
3.2 Ampliar a formalização dos prestadores de serviços turísticos	(a) Ampliar as parcerias para fortalecer as ações de fiscalização dos serviços turísticos; (b) Fortalecer o relacionamento com o turista e prestadores de serviços.
4.1 Aprimorar a oferta turística nacional	(a) Promover a valorização do patrimônio cultural e natural para visitação turística; (b) Estimular o desenvolvimento de destinos turísticos inteligentes; (c) Estimular o desenvolvimento segmentado dos produtos turísticos.
4.2 Promover e facilitar a atração de investimentos e a oferta de crédito	(a) Ampliar a oferta de recursos para fomento e incentivo ao setor de turismo; (b) Implementar um novo modelo que reduza a burocracia nas transferências Intergovernamentais.
4.3 Melhorar a infraestrutura nos destinos e nas regiões turísticas brasileiras	a) Estimular projetos de sinalização turística inteligente e interativa; (b) Promover a infraestrutura necessária para permitir o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos atrativos turísticos; (c) Elaborar plano integrado de desenvolvimento da infraestrutura logística para o turismo.
5.1 Fortalecer e aperfeiçoar o monitoramento da atividade turística no país	(a) Padronizar os indicadores de monitoramento do turismo; (b) Monitorar o desempenho da economia do turismo nos municípios brasileiros; (c) Monitorar o ordenamento e a estruturação dos segmentos e o desempenho das atividades econômicas orientadas ao turismo.
5.2 Ampliar e aprimorar os estudos e as pesquisas em turismo	(a) Efetivar a estruturação de uma rede de observatórios de turismo em âmbito nacional; (b) Viabilizar a implementação da Conta Satélite do Turismo; (c) Ampliar a divulgação e o acesso às informações e aos dados turísticos; (d) Estimular a realização de estudos para conhecimento dos mercados-alvo.
5.3 Aperfeiçoar o ambiente legal e normativo do setor turístico	(a) Promover melhorias e alterações em legislações, com vistas a estruturar a atividade turística, melhorar o ambiente de negócios e estimular investimentos.
5.4 Apoiar o planejamento no turismo, integrado ao setor de Segurança pública.	(a) Estimular e apoiar o planejamento do turismo, em âmbitos estadual, regional e municipal; (b) Incentivar soluções de segurança pública.
5.5 Fortalecer a gestão descentralizada do turismo	(a) Fortalecer o Sistema Nacional de Turismo; (b) Estimular a formação de redes para a gestão do turismo e (c) Estimular as parcerias no turismo e a gestão compartilhada dos recursos.

Fonte: Elaborado com base no Plano Nacional de Turismo, 2018, p.63.

Source: Prepared on the basis of Plano Nacional de Turismo (2018, p. 63

A leitura deste quadro indica um cenário bem definido com relação à PNT 2018-2002. A busca por um aumento dos fluxos, divisas e produtos, estimulando critérios competitivos e inovadores faz com que os subsídios do plano direcionem-se para uma proposta economicista, muito em decorrência da ideia do turismo como tábua de salvação da economia brasileira, visto assim desde década 1980 (década perdida).

Após exposição dos direcionamentos centrais do PNT 2018-2022, inicia-se na próxima seção, a análise dos dados por meio do cruzamento dos elementos aqui apresentados com os fundamentos que legitimam a proposta do fomento do Ecoturismo, buscando a partir disso, identificar compatibilidades e incoerências de significância e resultados.

Análise dos Resultados

Diante da análise da representatividade do Ecoturismo e do emprego de suas interfaces conceituais nas metas, diretrizes e linhas de ação do PNT 2018-2022, expõe-se a princípio que o termo Ecoturismo foi identificado apenas em quatro oportunidades, dentro de um escopo que consta com 162 laudas. O que já demonstra inexpressiva inserção do segmento do Ecoturismo nos direcionamentos contemporâneos do turismo nacional. Nas linhas que seguem esta informação se respalda de elementos mais esmiuçados.

No que se refere à primeira identificação do termo Ecoturismo no PNT 2018/2022, tem-se a ligação direta com a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), a qual participou dos direcionamentos que fomentaram o atual plano, por ser membro do Conselho Nacional de Turismo. Já a segunda aparição do termo associa-se a Meta 02 do PNT 2018-2022, que visa aumentar a receita do visitante estrangeiro, e identifica no Ecoturismo a possibilidade de diversificar e inovar na oferta do produto turístico nacional. Uma terceira constatação do uso do termo Ecoturismo está vinculada a uma diretriz do PNT 2018-2022 que trata da promoção da sustentabilidade. É preciso destacar que a esta diretriz não apresenta nenhum subsídio propositivo para a operacionalização do viés sustentável na práxis do turismo nacional. O que se identifica são conceitos e dados sobre o panorama da sustentabilidade no cenário mundial.

Quando se trata da quarta exposição do termo Ecoturismo, identifica-a na linha de atuação denominada de “Ordenamento, Gestão e Monitoramento”, com destaque para a iniciativa de fortalecer e aperfeiçoar o monitoramento da atividade turística no Brasil, a partir de estratégia de monitorar e ordenar a estruturação dos segmentos e o desempenho das atividades econômicas orientadas em função do turismo. Novamente se observa que o Ecoturismo surge nas entrelinhas de uma conjuntura mais ampla, sempre associado como uma oferta inovadora dentro de um ambiente de mercado competitivo.

Verifica-se diante deste cenário inicial que o Ecoturismo não se apresenta como vetor significativo para o planejamento e gestão do turismo brasileiro. Contrariando inclusive dados oficiais que apontam o ecoturismo como a segunda maior motivação de fluxos de turistas para o Brasil. Paradoxalmente, identifica-o como mais um elemento secundário dentro do expressivo esforço de viés econômico que busca gerar divisas e empregos.

É possível levantar durante a leitura analítica do PNT 2018-2022, alguns fragmentos que destacam a sobreposição do viés econômico nos direcionamentos do plano, seguindo inclusive o modelo que vem se perpetuando em todas as outras edições. São passagens identificadas no conteúdo do instrumento de planejamento e gestão, que fazem alusão direta as benesses econômicas, a saber:

Neste contexto, o conjunto de medidas propostas [...] contribui para consolidar o turismo como um eixo estratégico efetivo de desenvolvimento econômico do país (BRASIL, 2018, p.15).

Muito ainda precisa ser feito para avançar na gestão do setor, de modo que o Brasil possa explorar adequadamente o seu potencial, tornando o turismo uma das principais fontes de emprego e renda no país (BRASIL, 2018, p. 64)

O que se propõe é o estreitamento das parcerias entre os órgãos ambientais e culturais com os órgãos oficiais de turismo, para que juntos possam convergir ações que beneficiem a atividade turística e a consequente geração de emprego e renda (BRASIL, 2018, p. 104).

Nota-se que em algumas situações, a disparidade de critérios demonstra do ponto de vista administrativo, que ainda não existe uma ideia muito clara a respeito do lugar do turismo na organização administrativa do setor público.

Sobre as Metas do PNT 2018-2022

Quando a análise se pauta nas metas traçadas pelo PNT 2018-2022 é permitido dizer que elas foram planejadas para atuar de modo sinérgico, ao passo que o resultado de uma estabelece relação direta com o escopo da outra. Contudo o que se observa de comum em todas elas é a centralidade no viés econômico, pautando-se quase que em totalidade, na geração de empregos e renda. Esta postura vem se reforçando historicamente na gestão do turismo no Brasil, e é motivo de crítica ao planejamento estatal que desde sempre se direciona por quesitos econômicos, opção que acaba fragilizando resultados que poderiam colaborar com uma atividade do turismo mais propositiva, articulada, social e inteligente.

A primeira meta apresentada empenha-se em dobrar a entrada de estrangeiros no Brasil, facilitando alguns trâmites de deslocamento (emissão de vistos e passaportes). Espera-se com o aumento do fluxo, elevar também os gastos e divisas que circulam no país por meio do turismo. Logo surge uma questão. Busca-se o aumento do fluxo estrangeiro, mas o cuidado e o preparo para com o destino receptivo se resumem a manutenção de corredores turísticos específicos e já instalados em gestões passadas.

Já a segunda meta também se associa a geração de renda, só que pensando no aumento da permanência e gastos dos turistas internacionais nas localidades, articulando os principais segmentos (Ecoturismo, Turismo de aventura, Turismo de eventos dentre outros) como uma possibilidade de diversificação de opções para os visitantes ampliarem seus dias de estadia no país. Aqui já é possível verificar as interfaces do Ecoturismo sendo enfraquecidas diante do direcionamento exclusivo para a geração de renda. Uma vez que o aludido segmento é tratado como uma pontual alternativa de mercado.

O que se percebe é que pouco se fala na ampliação dos resultados para além do econômico, da geração de emprego e de renda. Não se pensa que para captar e fidelizar o turista estrangeiro antes e faz preciso equipar o destino de forma coerente, indo além da limitante propaganda. Comumente os turistas estrangeiros, sobretudo os que praticam o Ecoturismo, exigem padrões de qualidade diferenciados, uma vez que a interface educacional (Educação Ambiental) do Ecoturismo permeia e delimitam suas motivações e escolhas. Ao saber disso, uma ação de escopo puramente econômico não atende, *a priori*, suas necessidades sociais, ambientais e éticas. Pontua-se uma incoerência na forma de planejar as ações do turismo brasileiro e o conhecimento amplo do público-alvo que se quer captar.

Por fim, ressalta-se que o Ecoturismo apresenta-se nas metas como mais uma possibilidade de geração de valor, distanciando-se da interface que o promove como uma possibilidade sustentável de conscientização dos fluxos e preservação dos recursos naturais e culturais, e como uma possibilidade para a Educação Ambiental.

Sobre as Diretrizes do PNT 2018-2022

No que tange as diretrizes propostas pelo PNT 2018-2022, identifica-se o mesmo padrão se repetindo, e a perspectiva econômica norteando seus subsídios. Ao resumir as diretrizes traçadas, é possível citar (a) o fortalecimento da regionalização, (b) o melhoramento da qualidade e competitividade do destino, (c) o incentivo da inovação e (d) a promoção da sustentabilidade como as frentes de ação.

Ao estudá-las mais a fundo, não foi possível identificar proposições que sinalizam o entendimento do Ecoturismo como uma alternativa de conscientização dos fluxos e da comunidade local, demanda que atuaria diretamente aonde o “produto” do Ecoturismo fosse se desenvolver. Contrário a isso, identifica-se diretrizes muito similares às preocupações presentes nos planos nacionais anteriores, e que quinze anos após continuam concentrando ações similares no âmbito econômico.

Identifica-se outro desnível nas diretrizes, quando se afirma que “a sustentabilidade no turismo é entendida de forma ampla, de maneira a garantir a preservação não apenas dos recursos naturais, mas da cultura e da integridade das comunidades visitadas” (BRASIL, 2018, p 58), e nos direcionamentos práticos do PNT 2018-2022, comprova-se o entendimento da sustentabilidade limitado às questões que iniciam e findam na perspectiva ambiental (natural), não verificando avanço para questões mais complexas, como uma conscientização sustentável permeando todos os níveis dos agentes, desde o agente que vende o destino, passando pelos que recebem os visitantes, pelos que os entretém, chegando à população local, Estado e aos próprios turistas, indo muito além da proteção do recurso natural.

Outro ponto para se destacar é que as diretrizes pregam uma gestão descentralizada, mencionando instâncias de Governança e seus papéis diante do avanço da gestão do turismo no Brasil, porém sabe-se que algumas não atuam como deveriam. O próprio PNT 2018-2022 tem consciência disso, ao afirmar que:

A dinâmica da gestão do turismo no Brasil vem se aprimorando e amadurecendo [...] Todavia, o processo de monitoramento e avaliação da Política Nacional de Turismo evidencia que poucos cumprem o seu papel de forma eficiente (BRASIL, 2018, p. 67).

A fala sinaliza para a necessidade de reavaliações, adaptações, controle e monitoramento das metas traçadas. Percebe-se a atuação do plano sendo superficial pela ineficiência e falta de capacitação e mão de obra qualificada nos municípios para dar continuidade ao que está sendo feito em outras instâncias. Em determinado momento recorda-se do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) que também atribuía aos municípios sucateados, à gestão dos destinos turísticos, levando o programa a não alcançar êxito. Ou seja, esta situação já deveria ser vista como lição aprendida para futuros planos.

As diretrizes ainda informam sobre o empenho pela compreensão da multidimensionalidade dos fatores que habilitam a competitividade de um destino, atuando em prol de melhorias constantes no quesito qualidade, sendo este o fator de comprometimento do Estado e do setor privado. Mas questiona-se que, enquanto a dimensão econômica concentra todo empenho público-privado, torna-se difícil estabelecer critérios competitivos num destino que concentra seus esforços em apenas em um recorte do turismo, deixando toda a complexidade inerente à atividade desguardada.

Sobre as linhas de atuação do PNT 2018-2020

A síntese das linhas de ação norteia em um primeiro momento, a necessidade de ordenar, gerir e monitorar a atividade turística, na busca por estruturar o turismo nacional de forma mais estratégica. Para esta direção, se faz necessário formalizar os empreendimentos que compõem a cadeia produtiva do turismo e qualificar a mão de obra que a operacionaliza. Todos estes direcionamentos ainda são respaldados pelo marketing e comercialização, incentivando um “turismo responsável”.

Mas diante da análise, ficou notório que as linhas de atuação do PNT 2018-2022 tratam do incentivo ao turismo responsável, mas articulam obedecendo ao estímulo econômico (do maior ou menor grau), característica que continua contrária a qualquer possibilidade de turismo responsável e sustentável, para além da geração de emprego e renda.

Também não se esclarece de que modo, a melhoria no marketing, na promoção, na captação de fluxos, na ampliação de atrativos e segmentos, no aumento da estadia e no aumento de renda vai possibilitar ações éticas e práticas turísticas que reconheçam o elemento natural como um bem público para a continuidade sustentável do turismo nos locais que o promover.

Por todo exposto, questiona-se a forma defendida pelo PNT 2018/2022 para promover a sustentabilidade no turismo. Uma vez que se fomenta uma agenda de metas e resultados sustentáveis, mas incoerentemente operam ações com base em critérios capitalistas, onde a

produção, distribuição e consumo são vistos como objetivos que permeiam todas as iniciativas.

No que tange toda esta explanação é imperativo informar que não se quer apontar a busca por geração de divisas como algo equivocado, uma vez que é o que se espera de toda atividade econômica. Contudo em momentos específicos se faz necessário que o resultado e impacto econômico sejam colocados como um desdobramento de uma conquista mais ampla.

Por exemplo, é possível mencionar um destino que melhorou seus acessos, sua sinalização, que integrou a sociedade em ações diretas de hospitalidade e na oferta de produtos ligados a natureza sem grandes franquias intermediando. Essas iniciativas sendo respaldadas pelo gestor público, conseqüentemente vão gerar identidade, inovações, diferenciais competitivos e captação de fluxos, justificando a geração do recurso econômico a partir de uma série de conquistas sociais, ambientais e culturais que o antecedem. Estes desencontros só causam conflitos entre os agentes que atuam na gestão do turismo, e impedem que o Ecoturismo seja instalado de forma ampla, na práxis do turismo nacional, amparado por todas as interfaces (ambiental, educativa, econômica e participativa).

Considerações Finais

Em virtude de todos os argumentos apresentados, conclui-se que inexistente representatividade do Ecoturismo nas metas, diretrizes e linhas de atuação do PNT 2018-2022.

O que se observa é que a proposta presente no PNT 2018-2022 emprega o Ecoturismo por meio de um viés mercadológico (segmentação de mercado, diversificação da oferta, diferencial competitivo, captação de demandas e fomento de divisas) e/ou um viés ambientalista (conservacionista- aspecto de responsabilidade quanto à preservação ambiental), respectivamente nesta ordem de importância.

Destaca-se a negligência para com o uso da interface educacional e participativa, uma vez que se reconhece que o planejamento e prática do Ecoturismo deve se basear no princípio da sustentabilidade, apresentando expressiva sinergia com a Educação Ambiental que orienta sobre conservação da natureza e dos valores culturais, além de abordar a questão do consumo ético e consciente, além da participação da comunidade local nas decisões.

Compreende-se que o planejamento do Ecoturismo, presente no PNT 2018-2022, é engessado na condição de empregar esta prática turística como mais uma oportunidade de mercado, que pode movimentar divisas, por meio do uso do prefixo “eco”.

Por conta disso é permitido concluir que o viés econômico e o viés ambiental do Ecoturismo se sobrepõem aos demais (educacional, participativo) o que pode resultar em uma promoção desequilibrada e sem resultados expressivos. Por conta disso, o Ecoturismo gerido no Brasil ainda

está longe de vislumbrar resultados mais amplos e significativos, do ponto de vista educacional, participativo e social de forma geral.

Conclui-se também diante das análises, que o turismo continua sendo responsabilizado pela tarefa de dinamizar e fazer crescer a economia do Brasil, diante das crises, foi assim na década perdida (1980) e continua ocorrendo sem grandes mudanças na contemporaneidade.

Portanto, é lícito dizer que o turismo não deve ser colocado como possibilidade de caráter exclusivamente econômico. O que não quer dizer que o turismo não possa se beneficiar do progresso econômico, visto que ele está inserido num contexto globalizado. É preciso entender que o turismo também se beneficia da melhora da economia, uma vez que de posse de mais recursos é possível motivar mais viagens e com isso colaborar com os cofres públicos, como qualquer outra atividade econômica do Brasil.

Por fim, conclui-se que a visão do gestor para o Ecoturismo praticado no Brasil não tem levado em questão, tanto na esfera estatal quanto na privada, o crescimento mundial de demanda por destinos estrategicamente planejados e geridos. Os gestores precisam migrar do entendimento do Ecoturismo enquanto apenas um “produto” para a compreensão do Ecoturismo como “um modelo de viagem”.

Assim, diante de toda exposição, permanece o desafio de nivelar e padronizar uma linguagem que atenda não somente às expectativas dos vários grupos sociais com interesse no desenvolvimento da atividade, mas que proporcione uma interpretação clara quanto ao seu conteúdo e significado, contribuindo dessa forma com a adoção de políticas, de planejamento e de tomada de decisões coerentes.

Referências

BRASIL. MiTur. **Pesquisa com visitantes domésticos e internacionais dos Jogos Rio 2016**. Dados referentes à chegada de estrangeiro no período de 1 de junho a 18 de setembro. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/casabrasil/17_08_16_Apresentacao_Pesquisa_a_MiTur_final.pptx>. Acesso em fevereiro de 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**: mais emprego e renda para o Brasil. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>.> Acesso em 30. Set. 2018.

BRASIL. **Anuário Estatístico de Turismo – 2018**. Ano base 2017. Volume 45 - 1ª Edição. Brasília. Distrito Federal. Disponível em: [Anuario Estatístico de Turismo 2018-Ano base 2017 Divulgalcao Internet](#). Acesso em 02. Ago.2018.

BRASIL. **Índice de competitividade do turismo nacional** (Recurso eletrônico): destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: relatório Brasil 2014. Brasília, Distrito Federal. SEBRAE, 2014.

BRASIL. Mitur. **Ecoturismo**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília, 60p. 2008.

- BRASIL. **Ecoturismo**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 90p. 2010.
- BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Coordenação de Silvio Magalhães Barros e Denise Hamú M. de La Penha. Brasília: EMBRATUR, 1994.
- CASTRO, C.A.T; GALVÃO, P.L.A; BINFARÉ, P.W. Fatores que influenciam a demanda por qualificação profissional para o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.11, n.4, ago2018/jan2019, pp.634-644.
- CRISPIN, S; WICKHAM, M. **Ecotourism & strategic management**. Research Gate. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/260302640>>. Acesso em 03. jan. 2019.
- DIAS, R. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.
- DONOHUE, H.M; NEEDHAM, R. D. Ecotourism: the evolving contemporary definition. **Journal of Ecoturism**. V.5, n. 3, pp.192-210, 2006.
- FONSECA, J.M.A.A.; MELO, S.M.C.; CARVALHO, W.G. O Ecoturismo como alternativa sustentável para gestão da RPPN Catedral do Jalapão (TO). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.11, n.1, fev/abr 2018, pp.09-31.
- FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **The Travel & Tourism Competitiveness Report 2017**. Disponível em: <<https://www.weforum.org/reports/the-travel-tourism-competitiveness-report-2017>>. Acesso em 11. Maio. 2018.
- GOELDNER, C; RITCHIE, J.R.B; MCINTOSH, R.W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Tradução: Roberto Catado costa. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- HALL, C.M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. Tradução de Edite Sciulli - São Paulo: Contexto, 2001.
- KÖCHE, J.C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 32. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- LIMA, L.P.Q; NETO, L.D; HOLANDA, L.A. Programa de Ecoturismo e Educação Ambiental do Projeto TAMAR - Fernando de Noronha: uma análise de 2013 a 2016. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.11, n.1, fev/abr 2018, pp.47-60.
- LOBO, H. A. S.; MORETTI, E. C. Ecoturismo: as práticas da natureza e a natureza das práticas em Bonito, MS. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 2, n. 1, p. 43-71, mar. 2008.
- MOWFORTH, M. Ecotourism: terminology and definitions. University of Plymouth, Department of Geographical Sciences. **Research Report Series**, n. 1. 1993.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Visa Openness Report, OMT, 2016**. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org>>. Acesso em março de 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **International Network on Regional Economics** – ENROUTE. Disponível em: <www2.unwto.org/>. Acesso em março de 2018.

PIRES, P.S. A Dimensão conceitual do Ecoturismo. **Turismo, Visão e Ação**, v.1, n.1 - p.75-91 jan/jun – 1998.

PIRES, P.S. Entendendo o ecoturismo. *In*: TRIGO, L.G.G. (Ed.). (2005). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca.

PIRES, P.S. Proposta para a adequação da tipologia e para a identificação dos componentes biofísicos dos atrativos naturais nos destinos de ecoturismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v.7, n.3, pp. 398-418, set./dez. 2013.

PROCHNOW, W.E; VASCONCELOS, E.C. O estado-da-arte das ações para certificação em ecoturismo. **Caderno Virtual de Turismo**. V. 8, n.3, 2008.

RICHARDSON, R.J. *et al.* **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHEYVENS, R. Ecotourism and the empowerment of local communities. **Tourism Management**, v.20 p.p. 245-249, 1999.

SILVA, R G.P. Educação Ambiental na cultura de consumo: possibilidade de ecoturismo sem espetáculo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.4, nov2014/jan 2015, pp.824-827.

TURÉGANO, M.A.S. Turismo, empleo y desarrollo. **Revista de Sociología**, Bellaterra, n.75, 2005.

VEAL, A. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. Tradução: Gleice Guerra; Mariana Adligue. São Paulo: Aleph, 2011.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL - WTTC. **Travel & tourism economic impact 2017**. Brazil. Março, 2018.

Christiano Henrique da Silva Maranhão: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

E-mail: christianomaranhao@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1578152240799398>

Francisco Fransualdo de Azevedo: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

E-mail: ffazevedo@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2719998085102847>

Data de submissão: 22 de outubro de 2018

Data de recebimento de correções: 27 de dezembro de 2018

Data do aceite: 27 de dezembro de 2018

Avaliado anonimamente